CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA
ITAMBÉ, BAHIA.
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2022

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ORIENTAÇÕES: LEIA COM ATENÇÃO!

1. O candidato deverá esperar a autorização do Fiscal de Sala para iniciar abrir e iniciar a Prova Objetiva.

2. Antes de iniciar a prova, o candidato deverá assinar o Cartão de Resposta.

3. O candidato que deixar de assinar o Cartão de Resposta ou preenche-lo a lápis, estará automaticamente ELIMINADO do Processo Seletivo.

4. O candidato deverá fazer a conferência do Caderno de Questões, buscando verificar se esta possui a quantidade de questões previstas no Edital de Abertura de Inscrições.

5. Caso a prova esteja com alguma falha relacionada a impressão, o candidato deverá solicitar uma nova prova para o Fiscal de Sala.

6. Não é permitida a comunicação entre os candidatos.

7. É proibida também a utilização de qualquer tipo de equipamentos eletrônicos, conforme Edital de Abertura de Inscrições e Edital de Convocação para a Prova Objetiva.

8. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude do afastamento de candidato da sala de provas.

9. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas. Não dobre, amasse ou escreva em seu Cartão Resposta, apenas confira seus dados, leia as instruções com atenção para seu preenchimento e assine no local indicado, pois em hipótese alguma ele será substituído.

10. Entre as alternativas (a, b, c, d, e), marque apenas uma com caneta esferográfica azul ou preta, preenchendo toda área de opção, sem ultrapassar os seus limites. Não use borracha.

11. Caso sejam anuladas questões pela Comissão Realizadora do Concurso, estas somarão em favor de todos os candidatos.

12. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com a folha de respostas tais como: marcação de dois ou mais campos referentes a um mesmo item, ausência de marcação nos campos referentes a um mesmo item, marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não preenchido integralmente.

13. A prova terá a duração de 3:00 h (três horas), podendo o candidato deixar o local de prova após 0:30 h (meia hora) com o Caderno de Questões.

14. O gabarito desta prova estará disponível na página oficial do Processo Seletivo do CMDCA, no site do IBEC.

BOA SORTE!

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

1. Após quase três décadas de vigência, o Brasil continua mobilizado para que o ECA se mantenha como uma legislação avançada e atualizada. Nos últimos anos, foram realizados diversos aprimoramentos, dentre os quais, a que estabelece o direito da criança e do adolescente de serem educados sem o uso de castigos físicos, é a:

a) Lei da Primeira Infância
b) Lei Menino Bernardo
c) Lei que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
d) Lei que instituiu a Escuta Especializada
e) Lei da adolescência

LEI Nº 8.069, DE 13 de JULHO de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

2. No Art. 4º da lei acima citada, diz que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. A garantia de prioridade compreende, EXCETO:

a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
e) Privilegio em todos os lugares em que se encontrarem.

3. Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade, em seu Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos, EXCETO:
   a) ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, sem restrições;
   b) opinião e expressão;
   c) crença e culto religioso;
   d) brincar, praticar esportes e divertir-se;
   e) participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; VI - participar da vida política, na forma da lei;

4. Analise as afirmativas abaixo, em seguida marque a alternativa correta:

I. Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)
II. A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses).
III. Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial.

A alternativa correta é a:

a) Somente I e II corretas
b) Somente I e III corretas
c) Somente I correta
d) Somente II correta
e) Somente III correta

5. Marque a alternativa INCORRRETA, de acordo com o Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

a) igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
b) direito de ser respeitado por seus educadores;
c) direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
d) direito de organização e participação em entidades estudantis;
e) acesso à escola pública e gratuita não sendo necessário estar próxima de sua residência.

6. De acordo com o estatuto da criança e do adolescente, do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, marque a alternativa correta:

a) É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
b) É permitido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, desde que autorizado pelos responsáveis.
c) Não existe lei que regulamente o trabalho para adolescentes em hipótese alguma
d) É permitido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, desde que autorizado pela promotoria pública.
e) Todas as alternativas estão corretas.

7. Em se tratando de adoção, analise as afirmativas abaixo, e marque a alternativa correta:

I. Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil.
II. Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.
III. O adotante há de ser, pelo menos, dez anos mais velho do que o adotando.
IV. Os divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros não podem adotar conjuntamente, mesmo que acordem sobre a guarda e o regime de visitas e que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância do período de convivência e que seja comprovada a existência de vínculos de afinidade e afetividade com aquele não detentor da guarda.

A alternativa correta é a:

a) Somente I e II corretas
b) Somente I e III corretas
c) Somente I ,III e IV corretas
d) Somente II, III e IV corretas
e) Somente III e IV corretas

8. A adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, observadas a idade da criança ou adolescente e as peculiaridades do caso. Assinale a alternativa INCORRETA

a) O estágio de convivência poderá ser dispensado se o adotando já estiver sob a tutela ou guarda legal do adotante durante tempo suficiente para que seja possível avaliar a conveniência da constituição do vínculo

b) A simples guarda de fato não autoriza, por si só, a dispensa da realização do estágio de convivência.
c) O prazo máximo estabelecido no caput deste artigo pode ser prorrogado por até igual período, mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária.
d) Em caso de adoção por pessoa ou casal residente ou domiciliado fora do País, o estágio de convivência será de, no mínimo, 15 (quinze) dias e, no máximo, 30 (trinta) dias, prorrogável por até igual período, por até duas vezes mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária.
e) O estágio de convivência será acompanhado pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política de garantia do direito à convivência familiar, que apresentarão relatório minucioso acerca da conveniência do deferimento da medida

9. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente, EXCETO:

a) ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria
b) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
c) atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 13.306, de 2016)
d) acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
e) oferta de ensino noturno e finais de semana regular, adequado às condições do adolescente trabalhador desde que o mesmo já tenha 18 anos de idade.

10. Analise as afirmativas e marque a alternativa correta sobre o Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

I. maus-tratos envolvendo seus alunos;
II. reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;
III. elevados níveis de repetência

A alternativa correta é a:

a) Somente I correta
b) Somente II correta
c) Somente III correta
d) Todas as alternativas estão corretas
e) Todas as alternativas estão incorretas

11. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. De acordo com o Art. 87. São linhas de ação da política de atendimento:

a) políticas sociais básicas;
b) serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social de garantia de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências; (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)
c) serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
d) serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;
e) políticas e programas destinados a manter o afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

12. Sobre a Família Substituta o Art. 28. da Seção III, Subseção I trata A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente. Analise as afirmativas em seguida marque alternativa correta:

I. Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada.
II. Os grupos de irmãos serão sempre colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, de forma a permanecerem juntos independente de particularidades.
III. A colocação da criança ou adolescente em família substituta será precedida de sua preparação gradativa e acompanhamento posterior, realizados pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com o apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar

A alternativa correta é a:

a) Somente I e II corretas
b) Somente I e III corretas
c) Somente I correta
d) Somente II correta
e) Somente III correta

13. No que se refere à autorização para a criança viajar, está previsto no ECA que, se estiver desacompanhada dos pais ou do responsável legal, não poderá viajar para fora da comarca onde reside sem expressa autorização judicial; no entanto, essa autorização não será exigida quando a criança estiver acompanhada de

a) descendentes ou colateral maior, até o primeiro grau, por não implicar autorização documental, ou de pessoa maior de idade.
b) descendentes ou colateral maior, até o segundo grau, com expressa comprovação de parentesco, ou de qualquer pessoa maior de idade, independente de parentesco.
c) ascendente ou colateral maior, até o primeiro grau, não havendo, por isso, necessidade de comprovação documental nem de pessoa maior autorizada pelo pai.
d) ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, desde que seja comprovado documentalmente o parentesco, ou de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável.
e) descendentes ou colateral maior, até o quinto grau, com expressa comprovação de parentesco, ou de qualquer pessoa maior de idade, independente de parentesco.

14. O casal Carlos e Maria estavam em processo para adotar uma criança de quatro (06) anos, já em estágio de convivência com o adotando já bem avançado. Porém os adotantes resolveram se separar judicialmente. Nesse caso, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente,

a) cessam-se todos os procedimentos em relação à adoção, por conta do estado civil de separados ou divorciados, ficando inviabilizada a guarda compartilhada.
b) os divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros podem adotar conjuntamente, contanto que acordem sobre a guarda e o regime de visitas, e desde que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância do período de convivência.
c) a adoção somente será deferida nos casos em que os ex-cônjuges combinarem entre si a guarda da criança, que ficará com a mãe.

d) em nenhuma hipótese poderá o casal separado ou divorciado realizar adoção, mesmo que já tenham iniciado o processo de convivência com o adotando e expressem a vontade de continuar o processo, aceitando compartilhar a guarda.
e) o direito de adoção passa a ser então da mulher, já que a figura materna possui maiores direitos legais.

15.De acordo com o ECA a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegura direito de:

a) permanecer em escola particular, mesmo sendo inadimplente.
b) ser respeitado pelos educadores, desde que seja educado pela sua família a respeitar a disciplina e hierarquia dos professores e diretores.
c) contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.
d) contestar o uniforme escolar que não agrade, bem como a cor e modelo imposto pela unidade escolar.
e) Não ser em hipótese nenhuma ser reprovado no ano escolar.

16.Se, sem justa causa, a autoridade competente deixar de ordenar a imediata liberação de criança ou adolescente tão logo tenha conhecimento da ilegalidade da apreensão, ou se descumprir injustificadamente prazo fixado em lei que beneficia o adolescente privado de liberdade, a pena para ambos os casos será detenção de :

a) seis meses a dois anos.
b) um a quatro anos.
c) dois a seis anos.
d) quatro a seis anos.
e) Um ano e seis meses a dois anos

17.Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente. A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de:

a) trinta dias
b) quarenta e cinco dias
c) sessenta dias
d) noventa dias
e) Cento e vinte dias

18.Dos direitos processuais, no Art. 111. São asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias EXCETO:

a) pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente;
b) igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa;
c) defesa técnica por advogado;
d) assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei;
e) direito a não comparecer para a autoridade competente;

19.Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas EXCETO:

a) advertência;
b) obrigação de reparar o dano;
c) internação em estabelecimento infracional;
d) prestação de serviços à comunidade;
e) liberdade assistida

20.A prestação de serviços comunitários consiste na realização de:

a) tarefas gratuitas de interesse geral,
b) período não excedente a seis meses,
c) junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres,
d) em programas comunitários ou governamentais
e) jornada máxima de vinte horas semanais.

21.São atribuições do Conselho Tutelar, EXCETO:

a) atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129,
b) elaborar da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e encaminhar ao Poder Executivo;
c) promover a execução de suas decisões,
d) encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
e) encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

22. Nas alternativas abaixo indique aquela que representa a Lei que instituiu a Escuta Especializada e estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

a) (Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017)
b) (Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014)
c) (Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016)
d) (Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012)
e) N.d.a.

23.Nas alternativas a seguir, assinale a que corresponde ao que foi instituído pela Lei nº 13.798, de 3 de janeiro de 2019

a) Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas.
b) Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes.
c) A Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência.
d) Criou a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes.
e) Exigiu autorização judicial para viagem de menores sem companhia dos responsáveis

24. Analise as afirmativas a seguir, sobre todo o conjunto de leis e normas jurídicas embasaram a construção de políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes, que contribuíram para diversos avanços, entre eles:

I. Ampliação do acesso à educação,
II. Reforço no combate ao trabalho infantil,
III. Mais cuidados com a primeira infância
IV. Criação de novos instrumentos para atender as vítimas de violência.

Assinale a resposta correta:

a) Apenas I e II estão corretas.
b) Apenas I, III e IV estão corretas
c) Apenas IV está correta
d) Todas as alternativas estão corretas.
e) Todas as alternativas estão incorretas.

25.Indique a resposta correta, completando as lacunas de acordo com o que diz o Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até _____anos de idade e Adolescente aquela entre _____ e _____anos de idade.

a) Até 11 anos e entre 12 e 16 anos
b) Até 12 anos e entre 12 e 18 anos
c) Até 10 anos e entre 11 e 17 anos
d) Até 12 anos e entre 12 e 17 anos
e) N.d.a.

26. Parágrafo único. A garantia de prioridade da Criança e do Adolescente, assinale V ou F conforme sejam verdadeiras ou falsas as afirmações:

( ) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;

( ) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;

( ) Atendimento prioritário apenas na educação;

( ) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

( ) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Nessas condições assinale a alternativa correta:

a) V, V, V, F, F
b) V, V, F, V, V
c) F, V, V, F, V
d) F, F, F, V, V
e) F,V, V, F, V

27. O ECA estabelece uma clara distinção entre as medidas específicas de proteção e as medidas sócio-educativas, definindo suas características e condições de aplicação. Em relação às medidas sócio-educativas, pode-se afirmar que:

a) Podem ser executadas pelos Conselhos Tutelares, destinadas a crianças e adolescentes cujos direitos forem ameaçados.
b) São da competência exclusiva dos Conselhos de Direitos, podendo ser aplicadas somente em crianças infratoras.
c) São da competência dos Juízes da Infância e da Juventude, destinadas somente a crianças em situação de risco social.
d) Podem ser executadas pelo poder público municipal, sendo aplicadas em caso de ato infracional atribuído a crianças e adolescentes.

e) São aplicadas pela Justiça da Infância e da Juventude, destinadas somente a adolescentes que tenham praticado ato infracional.

28.A **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, em seu** artigo 2º, considera criança e adolescente:

a) A pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
b) A pessoa até doze anos de idade completos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
c) Apessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e vinte e um anos de idade.
d) A pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre treze e dezoito anos de idade.
e) N.D.A.

29. Em conformidade com o estatuto da Criança e do Adolescente, no Art. 53, a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Estes Direitos asseguram-lhes:

I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
II – Direito de ser respeitado por seus educadores.
III – Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.
IV – Direito de organização e participação em entidades estudantis.

Estão corretas:

a) Apenas I, III, IV e V.
b) Apenas I, II e V.
c) Apenas IV e V.
d) Apenas I, II, III e V.
e) Todas estão corretas.

30.Em consonância com o Art. 18, de quem é o dever de velar pela dignidade da criança e do adolescente,pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor?

a) Do Estado.
b) Da família.
c) Das policias que são responsáveis pela segurança de todos.
d) Da escola.
e) De todas as pessoas.